

STJ00115202

ORGANIZADORES

CARLOS ALBERTO DE MORAES RAMOS FILHO

DANIEL OCTÁVIO SILVA MARINHO

INTERPRETAÇÃO E PROCESSO CONSTITUCIONAL

**ESTUDOS SOBRE A EFETIVAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE
DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Londrina/PR
2022



THOTH
E D I T O R A

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Interpretação e Processo
Constitucional - Estudos sobre a
efetivação contemporânea de direitos
fundamentais. / organizadores: Carlos
Alberto de Moraes Ramos Filho, Daniel
Octávio Silva Marinho. – Londrina, PR:
Thoth, 2022.

576 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-313-2

1. Direito Constitucional - Brasil. 2. Direito
Processual. I. Ramos Filho, Carlos
Alberto de Moraes. II. Marinho, Daniel
Octávio Silva.

CDD 341.2

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os organizadores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior •
Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela
Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia
R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan
Antunes

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Constitucional : 341.2

1221234

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES.....	9
APRESENTAÇÃO.....	17
PREFÁCIO	19

CAPÍTULO 1

Ana Paula Camilo

Elias Marques de Medeiros Neto

A NECESSIDADE DA APLICAÇÃO DA TÉCNICA PREVISTA NO ART. 942 DO CPC/15 NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	35
Introdução.....	35
1 Princípios constitucionais e processuais.....	36
2 O intuito do legislador na criação do Código de Processo Civil de 2015 – No que se relaciona ao atendimento dos princípios processuais e constitucionais..	42
3 Relação entre o CPC e a CLT	44
4 Alcance e objetivos da técnica de julgamento prevista no artigo 942 do CPC.	46
5 A aplicação do artigo 942 do CPC no processo do trabalho.....	49
Considerações finais	53
Referências	54

CAPÍTULO 2

Antônio Pereira Gaio Júnior

RECLAMAÇÃO COMO INSTRUMENTO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL NO CONTROLE DA ATUAÇÃO JUDICANTE DOS TRIBUNAIS E SEU LUGAR NO CPC/2015.....	59
Nota introdutória.....	59
1 Estado, atividade judicante e a preservação da competência e dos julgados	60
2 A reclamação	63

2.1 Noção conceitual	63
2.2 Breve historicidade	64
2.3 Natureza jurídica	66
2.4 Legitimidade	70
3 Reclamação e a preservação da competência constitucional dos Tribunais Superiores – STF e STJ	71
4 Reclamação e a garantia da autoridade das decisões dos Tribunais Superiores – STF e STJ	73
5 A reclamação no CPC/2015	79
6 O procedimento da reclamação no CPC/2015	83
Considerações finais	84
Referências	85

CAPÍTULO 3

Bernardo Silva De Seixas

Cyntia Costa de Lima

A SUPRESSÃO DE OMISSÃO INCONSTITUCIONAL POR MEIO DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL: A ADO 26 E O MI 4.733.....87

Introdução

1 A jurisdição constitucional, a decisão judicial e a interpretação constitucional.90

2 A ADO 26 e o MI 4.733.....96

3 A decisão judicial como instrumento de efetivação de direitos fundamentais mediante a aplicação dos métodos interpretativos constitucionais 100

Considerações finais

Referências

CAPÍTULO 4

Bruno Augusto Sampaio Fuga

COISA JULGADA E A DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE (ARTS. 525, §12 AO §15 DO CPC/2015). ANÁLISE DE LEADING CASES E DO QUE FOI DITO POR CORTES SUPERIORES..... 111

Introdução..... 111

1 Os dispositivos legais

2 Súmula n° 343 do STF

3 Súmula n° 400 do STF

4 Recurso extraordinário n° 590.809 /RS

5 AR 2370 AgR/CE que interpretou o RE n° 590.809

6 Afastamento da súmula n° 343 do STF por matéria constitucional.....	122
7 Não afastamento da súmula n° 343 do STF mesmo em matéria constitucional.....	126
8 Fundamentos determinantes das decisões, art. 525, §15 e art. 966, V e §5..	128
9 A necessária análise de modulação dos efeitos, art. 525, §13.....	131
Considerações finais	132

CAPÍTULO 5

Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho

A EFICÁCIA DA DECISÃO QUE JULGA PROCEDENTE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO): ANÁLISE À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF	133
Introdução.....	133
1 Inconstitucionalidade por omissão: definição e espécies.....	134
2 A ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO)	136
3 A eficácia da decisão que julga procedente a ADO	138
Considerações finais	142
Referências	143

CAPÍTULO 6

Carolina Nobre Castello Branco

A AUTOCONTENÇÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO CONTROLE DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO	145
Introdução.....	145
1 As bases da jurisdição constitucional.....	147
2 Do federalismo à brasileira ao sistema híbrido controle de constitucionalidade brasileiro	152
3 A singularidade da jurisdição constitucional brasileira	157
4 Entre a inafastabilidade da jurisdição e a autocontenção	162
5 A autocontenção como estratégia para preservação das políticas públicas..	166
Considerações finais	169
Referências	170

CAPÍTULO 7

Daniel Octávio Silva Marinho

Ellen Carolina Lima Colares

ATIVISMO JUDICIAL E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: BREVES CRÍTICAS AO USO DO ATIVISMO COMO INSTRUMENTO

DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL	173
Introdução.....	173
1 A efetivação dos direitos fundamentais no Brasil.....	174
1.1 Um retrospecto histórico necessário sobre direitos fundamentais.....	174
1.2 A efetivação dos direitos fundamentais no Brasil pós 1988	177
1.3 O Estado democrático de direito	178
2 Considerações iniciais sobre o ativismo judicial	179
2.1 Ativismo judicial: um conceito em construção.....	180
3 Ativismo judicial: a relação entre efetivação dos direitos fundamentais e o estado democrático de direito.....	182
Considerações finais.....	184
Referências.....	185

CAPÍTULO 8

Fábio Tavares Amorim

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	187
Introdução.....	187
1 O fortalecimento da Jurisdição Constitucional: causas legislativas que culminaram com a hipertrofia do Poder Judiciário.....	189
1.1 Da composição, funcionamento e estrutura do Supremo Tribunal Federal.....	189
1.2 Dos instrumentos de atuação do Poder Judiciário: o controle de constitucionalidade no Brasil.....	191
1.2.1 O Controle de Constitucionalidade nas Constituições brasileiras antes de 1988.....	192
1.2.1.1 Da Constituição do Império de 1824.....	193
1.2.1.2 A Constituição da República de 1981.....	193
1.2.1.3 Constituição Federal de 1934: a incorporação da regra do Full Bench e o controle em abstrato.....	195
1.2.1.4 A Constituição Promulgada de 1937 e a cláusula do não obstante.....	195
1.2.1.5 A Constituição de 1946.....	196
1.2.1.6 A Constituição de 1967 e a EC nº 1 de 1969.....	197
1.2.1.7 A Emenda nº 7 de 1977 à Constituição de 1967.....	198
2 A complexa estrutura normativa do controle de constitucionalidade na Constituição Federal de 1988.....	198
2.1 A ampliação do rol de legitimados a realizar o controle concentrado na redação originária da Constituição Federal de 1988.....	199
2.2 A criação da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).....	200

2.3 A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	202
2.4 A Emenda nº 3 de 1993 à Constituição de 1988.....	204
2.5 A Emenda nº 45 de 2004 à Constituição de 1988: a reforma do Poder Judiciário.....	204
2.5.1 A criação da Súmula Vinculante: a possibilidade de editar genérico e abstrato com eficácia erga omnes e efeito vinculante.....	205
2.6 A Lei n. 9.868/99 e a disciplina do processamento das ações de constitucionalidade	207
3 O controle de constitucionalidade e os direitos fundamentais: a questão da legitimidade da Jurisdição Constitucional e a dificuldade contramajoritária....	208
3.1 A posição de garantidor da Jurisdição Constitucional brasileira: a efetividade e a exigibilidade dos direitos fundamentais.....	212
Considerações finais	216
Referências	219

CAPÍTULO 9

Felipe Augusto Fonseca Vianna

CONSTITUIÇÕES E LINGUAGEM NORMATIVO-CONSTITUCIONAL: A INTERPRETAÇÃO DOS CONCEITOS JURÍDICOS VAGOS COMO TÉCNICA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.221	
Introdução.....	221
1 Linguagem normativo-constitucional.....	223
2 A interpretação dos conceitos jurídicos vagos	225
2.1 Originalismo.....	227
2.2 Des-integração	231
2.3 Hiper-integração	232
2.4 Os postulados tácitos e os direitos não enumerados.....	234
2.5 Interpretação como técnica de concretização dos direitos fundamentais. 237	
Considerações finais	250
Referências	251

CAPÍTULO 10

Flávia Pereira Hill

ACESSO À JUSTIÇA E DESJUDICIALIZAÇÃO: PELA CONCEPÇÃO DE UM DEVIDO PROCESSO LEGAL EXTRAJUDICIAL	253
Introdução. Contexto histórico. O século XX e seus contornos. Acesso à justiça enquanto sinônimo de acesso ao Judiciário	253
1 O século XXI e seus contornos. Convergência entre três fenômenos:	

Hiperjudicialização, ampla difusão de informações e reorganização do sistema de justiça	256
2 A desjudicialização.....	258
3 Do acesso ao Judiciário regressando ao acesso à justiça. O novo conceito de jurisdição na contemporaneidade.....	261
4 Devido processo legal extrajudicial. Imparcialidade e independência dos agentes competentes. Controle externo. Publicidade. Procedimento previsto em lei. Contraditório	265
5 Crescimento do “grupo de trabalho” (Arbeitsgemeinschaft) no sistema de justiça e necessidade de desenvolvimento do “triplo C”: cooperação, complementaridade e coordenação	273
Considerações finais	277
Referências	279

CAPÍTULO 11

Gisele Mazzoni Welsch

A TUTELA COLETIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	283
Introdução.....	283
1 A tutela coletiva no ordenamento jurídico brasileiro.....	284
2 Mandado de segurança coletivo em tempos de pandemia de COVID-19....	295
3 Ação civil pública em tempos de pandemia de COVID-19.....	296
4 Ação popular em tempos de pandemia de COVID-19	298
Considerações finais	298
Referências	299

CAPÍTULO 12

Gustavo Osna

A INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E A MÁXIMA EFETIVIDADE DO PROCESSO COLETIVO: BREVES CONSIDERAÇÕES	303
Introdução.....	303
1 Interpretação, tutela coletiva e efetividade: um diálogo necessário	304
1.1 O Direito e a inevitabilidade da interpretação	304
1.2 A tutela coletiva e as suas virtudes	309
1.3 A interpretação no campo da tutela coletiva e o postulado da efetividade.....	314
Considerações finais	318
Referências	319

CAPÍTULO 13**Hisashi Toyoda**

UMA ANÁLISE DA MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: O JULGAMENTO DO LEADING CASE RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 593.849/MG	323
Introdução.....	323
1 O instituto da modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade: considerações gerais	325
2 Aplicação do instituto da modulação no julgamento do RE n.º 593.849/MG e da ADI no 2.777 pelo STF	331
3 Da necessidade de uma análise axiológica das decisões tratando da modulação de efeitos de declaração de inconstitucionalidade de normas tributárias	340
Considerações finais	342
Referências	344

CAPÍTULO 14**José Henrique Mouta Araújo**

A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL E ALGUNS ASPECTOS FORMAIS – PONDERAÇÕES NECESSÁRIAS	347
1 Natureza jurídica da reclamação e sua utilização no STF.....	347
2 Momento de apresentação de reclamação visando o atendimento à precedente obrigatório – divergência interpretativa. Observações ao entendimento do STJ.....	351
3 Outros requisitos formais para utilização da reclamação visando atender padrão decisório advindo de REREG: suporte fático e pertinência temática.....	358
Referências	360

CAPÍTULO 15**Luiz Henrique Krassuski Fortes**

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL E RACIONALIDADE: RACIOCÍNIO JURÍDICO, INTERPRETAÇÃO E A ALGUNS APORTES TEÓRICOS CONCLUSIVOS A PARTIR DE JERZY WRÓBLEWSKI	363
Nota Introdutória.....	363
1 Três sentidos de raciocínio jurídico	365
2 O problema da interpretação	370
3 Reflexões conclusivas a partir de Wróblewski: processo, decisão e interpretações	

operativas.....	377
Referências	378

CAPÍTULO 16

Marco Aurélio de Lima Choy

LEI DA FICHA LIMPA E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: UMA REVISITA À ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2010	381
Introdução.....	381
1 Inelegibilidade no ordenamento internacional.....	383
2 Controle de convencionalidade na Lei da Ficha Limpa.....	387
3 Filiação partidária e o Pacto San José da Costa Rica.....	391
Considerações finais	398
Referências	399

CAPÍTULO 17

Marco Félix Jobim

A JURISDIÇÃO ANTES E DEPOIS DE BROWN V. BOARD OF EDUCATION (I E II): DA DISPUTE RESOLUTION À STRUCTURAL LITIGATION.....	401
Introdução.....	401
Considerações finais	411
Referências	413

CAPÍTULO 18

Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira

Carlos Eduardo Montes Netto

Danilo Henrique Nunes

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE COMO LIMITE À ATUAÇÃO DO LEGISLADOR NA RESTRIÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	417
Introdução.....	417
1 Direitos fundamentais.....	418
2 Reconhecimento da força normativa da Constituição.....	420
3 Possibilidade de restrição dos direitos fundamentais pelo legislador.....	423
4 Limites impostos ao legislador na restrição de direitos fundamentais (“limites dos limites”).....	427

4.1 O princípio da proteção do núcleo essencial	428
4.2 O princípio da proporcionalidade como proibição de excesso (Übermassverbot).....	430
4.3 O princípio da proporcionalidade como proibição da proteção insuficiente (Untermassverbot)	432
4.4 Proibição de restrições casuísticas.....	434
4.5 A colisão dos direitos fundamentais	434
4.6 A concorrência de direitos fundamentais	436
Considerações finais	436
Referências	437

CAPÍTULO 19

Rafael Caselli Pereira

Filipe Tavares da Silva

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF) COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DA PRESERVAÇÃO E EXERCÍCIO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	441
Introdução.....	441
1 Origem, fundamento e função	442
2 A ideia de preceito fundamental.....	444
3 Cabimento: caráter residual e/ou subsidiário.....	446
4 Extensão e limites da ADPF: a visão do Supremo Tribunal Federal.....	448
5 A interpretação e aplicação das normas jurídicas no âmbito de proteção de preceitos fundamentais	450
6 O papel da ADPF (e do Supremo Tribunal Federal) em tempos de crise....	451
Considerações finais	452
Referências	453

CAPÍTULO 20

Rafael da Silva Menezes

ACESSIBILIDADE DEMOCRÁTICA E O AMICUS CURIAE NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: ESPERANÇA OU DESALENTO?....	457
Introdução.....	457
1 A previsão normativa do amicus curiae no novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105, de 13 de março de 2015)	465
2 Quem pode atuar como amicus curiae?	467
3 De que forma se dará a atuação do amicus curiae?.....	471
4 As pretensões argumentativas do amicus curiae no Supremo Tribunal	

Federal.....	478
Considerações finais	482
Referências	483

CAPÍTULO 21

Rafael de Souza Medeiros

A INTERPRETAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO A PARTIR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	487
Introdução.....	487
1 Interpretação no Direito.....	488
1.1 A dupla indeterminação.....	489
1.2 Conceitos mínimos.....	492
2 Estrutura normativa do Direito Tributário na Constituição.....	492
2.1 Regras de competência	493
2.2 Direitos fundamentais.....	493
3 Eficácia dos direitos fundamentais no Direito Tributário.....	495
3.1 Direta	495
3.2 Indireta	497
Considerações finais	500
Referências	501

CAPÍTULO 22

Ricardo Alexandre da Silva

LIBERDADE, INTERPRETAÇÃO, RULE OF LAW E ATIVISMO.....	503
Introdução.....	503
1 Liberdade	504
1.1 Liberdade negativa e liberdade positiva.....	505
1.2 Segurança jurídica	507
2 Interpretação e Direito.....	508
2.1 Três teorias de interpretação.....	510
2.2 Métodos de aplicação.....	513
3 Ativismo	515
3.1 Consequencialismo	516
3.2 Emotivismo	518
3.3 Populismo	519
3.4 Idealismo.....	519
4 Rule of Law, aplicação do direito e respeito à liberdade	520

Considerações finais: Ministros do STF não podem interpretar como Humpty Dumpty.....	523
Referências	524

CAPÍTULO 23

Trícia Navarro Xavier Cabral

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL.....	527
Introdução.....	527
1 A ordem constitucional e processual.....	528
2 O processo contemporâneo.....	535
3 Elementos da ordem processual.....	539
Considerações finais	544
Referências	545

CAPÍTULO 24

William Soares Pugliese

O PAPEL DA JURISPRUDÊNCIA NA EFETIVAÇÃO DA IGUALDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA	551
Introdução.....	551
1 Direito à igualdade e à segurança jurídica	552
2 A jurisprudência e seus princípios.....	558
Considerações finais: jurisprudência, igualdade e segurança jurídica.....	573
Referências	574